

---

# DESEMPREGO E EDUCAÇÃO, UMA SIMBIOSE INSEPARÁVEL\*

---

LUCINÉIA SCREMIN MARTINS\*\*

ROBERTA CRISTINA DE MORAIS SIQUEIRA\*\*\*

*Resumo: o problema do desemprego e da qualidade da educação têm sido muito debatido nas academias. O propósito desta pesquisa é analisar a relação simbiótica existente entre eles, considerando que a falta de ocupação é causada por outros fatores que não sejam apenas os econômicos e políticos, além de verificar o modo como o capitalismo tem interferido nesta relação..*

*Palavras-chave: Educação. Desemprego. Capitalismo.*

**A** análise crítica do desemprego e o discurso de agravamento deste problema em razão da falta e/ou má qualidade da educação devem ser analisados sem sentimentalismo, pois o mesmo nos leva ao irracionalismo ou mesmo a lugares comuns, perspectivas que não pretendemos utilizar nesta pesquisa. Ao contrário, nossa análise se inspira no que Marx chamou de Lei Geral da Acumulação Capitalista, pretendendo demonstrar que os índices de desocupação estão muito mais relacionados com a própria lógica Capitalista do que com qualquer outro problema.

Uma justificativa política para os altos índices de desemprego, mormente entre os jovens, está na intensificação do desenvolvimento tecnológico dos processos de produção e na dificuldade de treinamento ou qualificação da força de trabalho para ocupar esse novo mercado, ou seja, de que não haveria falta de oferta, mas sim de procura. Nessa visão político neoliberalista, toda a responsabilidade pelos altos índices de desemprego é transferida para a classe trabalhadora que tem sido mal qualificada devido, grande parte da culpa, à má formação recebida pelas instituições de ensino. Assim, essa força de trabalho mal preparada não poderia

---

\* Recebido em: 06.08.2014. Aprovado em: 28.08.2014.

\*\* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás, Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás. *E-mail:* luascremin@yahoo.com.br

\*\*\* Aluna especial de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, Professora Assistente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. *E-mail:* robertasiqueira@msn.com

ser reaproveitada em outros ramos de produção, sendo excluída definitivamente do mercado de trabalho, não restando outra alternativa senão ser conduzida ao trabalho informal, neste incluído todos o tipo de trabalho, inclusive o resultante da criminalidade, aumentando as estatísticas oficiais dos números de desocupados.

Percebe-se, dessa maneira, uma transferência de responsabilidades de um problema econômico e também social para o campo educacional, que hoje é predominantemente privado, sem análise alguma das consequências do discurso. Pois bem, passemos então a discorrer sobre as hipóteses levantadas e se elas realmente agravam ou não o problema do desemprego.

## SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL

É notável que a qualidade da educação em nosso país tem piorado muito nos últimos anos e isso se deve, em grande parte, à implantação do modelo capitalista neoliberal. Boito Júnior, discorrendo sobre o assunto, esclarece:

O Brasil não possui um sistema escolar único, ao contrário do que ocorre nos países de Estado de bem-estar, que têm um sistema estatal (isto é, público), gratuito e laico. Aqui, temos escolas e universidades públicas e privadas, laicas e confessionais, e muitas diferenças no interior de cada uma delas. De qualquer modo, a situação amplamente majoritária no ensino brasileiro é de remuneração insuficiente aos trabalhadores, condições de trabalho péssimas ou inadequadas e desprestígio do trabalho docente junto aos governos, à imprensa e a parte da sociedade (BOITO JÚNIOR, 2002, p. 1).

Considerando as diferenças quanto aos modelos de educação, não podemos ser imprevidentes e afirmar que este cenário ao qual estamos vivendo é novo, pois esta situação já vem sendo modificada desde a implantação do modelo capitalista neoliberal. Até a posse de Fernando Collor de Melo na Presidência da República em março de 1990, a política do Estado brasileiro era definida como desenvolvimentista, estando ligada à política social populista, principalmente no período de 1943 a 1964 (BOITO JÚNIOR, 2001, p. 1). Nesse modelo político que se apoiava no povo para opor resistência às antigas oligarquias e ao imperialismo norte-americano, havia um estímulo ao sistema escolar público, bem como à pesquisa científica e tecnológica independente, ou seja:

A indústria precisava qualificar a mão de obra técnica, e precisava também de infraestrutura e de pesquisa tecnológica nacional; o Estado populista precisava integrar os trabalhadores urbanos, objetivo que exigia a ampliação do ensino público, gratuito e laico. Como se sabe, essa foi a época, não da implantação, mas da expansão da rede de escolas públicas e da criação da rede de universidades federais e, em alguns casos, estaduais. Foram também criados muitos institutos de pesquisa vinculados ao Estado. Os interesses e as expectativas apontavam para um projeto político de desenvolvimento de um capitalismo de base minimamente nacional com um mínimo de direitos sociais e de distribuição de renda (BOITO JÚNIOR, 2002, p. 2).

Em 1990, o modelo capitalista desenvolvimentista foi substituído pelo modelo capitalista neoliberal. Neste novo molde econômico, todo o recente progresso, então obtido na

área da educação, foi mais uma vez refreado pelos novos objetivos políticos do Estado, ou seja, uma política de abertura comercial e de desregulamentação financeira, que se traduz em dependência econômica frente ao capital financeiro internacional. Pois bem, com a introdução da política neoliberalista, uma das características fundamentais foi a redução ou supressão dos direitos sociais, excluindo os trabalhadores do quadro da riqueza produzida.

Nasceu então um novo quadro para as escolas e universidades brasileiras: o da redução de gastos e da falta de investimentos em pesquisa, ou seja, a educação deixou de ser prioridade do Estado. Passou-se a incentivar a iniciativa privada também para a educação e apareceram dois protagonistas no processo educacional: o empresário (proprietário das escolas) - ávido pela acumulação de capital, e, do outro lado o cliente (discentes), que quer apenas receber o produto do seu investimento – o diploma. A educação se tornou, nesse modelo econômico, responsabilidade privada, momento em que o problema da qualidade da educação ficou latente, pois o objetivo do capital é acumulação de riquezas, sendo totalmente desconectado com qualquer tipo de compromisso social que não lhe traga mais concentração de riquezas.

Para se ter uma ideia da mudança do panorama da escolas, uma análise superficial dos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 1995 (não há registro digitalizado de dados anteriores a essa data) foram oferecidas pela Educação de nível superior particular, o total de 432.210 vagas, enquanto que em 2011 este total passou para 4.966.374 (INEP, 2011). Uma diferença de 4.534.164 vagas em 16 anos, ou seja, um aumento de aproximadamente 1000%.

Para os empresários do ramo educacional ascenderem seus objetivos valia e ainda vale tudo, mas tem se observado que o único termômetro oficial tem sido a concorrência. A “norma” vigente é de que a concorrência é único caminho para melhorar o desempenho de qualquer entidade, além do que ela teria sempre efeitos positivos, porque contribuiria para manter no mercado apenas os melhores. Mas será que a melhor educação está na escola mais procurada? A princípio sim, mas seria a qualidade o parâmetro para avaliar a concorrência? Sabemos que não, pois a análise da competição afasta os fatores socioeconômicos e socioculturais entre os alunos, além de vários outros elementos. O sucesso dos alunos depende de vários outros quesitos além da concorrência, do mesmo modo em que existem escolas que oferecem ensino de muita qualidade e que estão longe de participar do ranking das melhores, devido a vários problemas internos.

Embora a lógica pareça piegas e sentimentalista, não o é; ao contrário, essa é a reflexão racional do sistema educacional vigente hoje em nosso país. Quando a educação é transferida para o território empresarial, o governo pode abster-se de preocupar com o problema e delegá-lo de modo que, a própria concorrência se encarregaria do papel.

## DESEMPREGO

Uma das justificativas para os problemas econômicos e sociais está nos altos índices de desemprego, que é uma consequência do novo paradigma econômico, que não consegue, ou não quer manter toda a força produtiva ocupando postos de trabalho.

Poderíamos chamar de desemprego a falta de trabalho, ou seja, seriam as pessoas que fazem parte da população economicamente ativa de um país e que nunca ocuparam postos de trabalho ou ainda, aqueles que uma vez que perderam seus postos de trabalho não conseguiram retornar à força produtiva. Essa falta de ocupação pode decorrer de vários fato-

res. Assim considerando, os especialistas econômicos subdividem o desemprego em quatro espécies diferentes, conforme a razão da falta de ocupação: cíclico, estacional, friccional e estrutural. Não nos compete, nesse momento, adentrar em cada uma dessas espécies, mas focar no chamado desemprego estrutural, por ser o mais grave e aquele que corresponde a uma defasagem entre a procura e a oferta de trabalhadores.

A introdução de novas tecnologias como a robótica e a informática, tem levado a uma remodelação das forças produtivas e ao desemprego estrutural. Este tipo de falta de ocupação não é uma reação à crise econômica, mas ocorre em razão das novas formas de produção e reorganização dos trabalhadores no mercado de trabalho, que estão em constante evolução. Pois bem, na medida em que a produção se torna mais complexa, exige-se uma melhor qualificação dos trabalhadores e essa qualificação ou transformação da força de trabalho leva tempo, gerando um descompasso entre os trabalhadores que precisam se qualificar e os já treinados para ocupar essas novas habilidades.

Segundo Soares apud Geldens (2000, p. 41), a transformação das qualificações não é imediata e depara-se quer com os obstáculos suscitados pela inadequação das instituições de ensino e com as resistências erguidas pelos próprios trabalhadores em vias de desqualificação. Essas dificuldades, em sua visão, explicariam boa parte do problema do desemprego atual. A tese, embora seja coerente, é ainda insuficiente para explicar o desemprego.

Estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no relatório Tendências mundiais do emprego juvenil 2013: uma geração em perigo (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2013, p. 1), demonstra que mais de 73 milhões de jovens entre 15 a 24 anos de idade estão desempregados em todo o mundo. Esses jovens desempregados representam cerca de 12,6% (doze vírgula seis por cento) da população mundial; além disso, a pesquisa demonstra que empregos informais nessa faixa etária continuam e não se tem encontrado o foco de transição para o trabalho formal e regularmente assalariado. Esse grande número de pessoas trabalhando na informalidade é um risco, pois impossível determinar o potencial de crescimento econômico, uma vez que as pessoas desempregadas não contribuem com o crescimento econômico do país.

Ainda, analisando os dados recém publicados pela Organização Internacional do Trabalho, verificamos que o número de desempregados jovens nos países em desenvolvimento supera 12% (doze por cento), sendo essa taxa três vezes maior que o número de desempregados adultos (INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, 2014). Se os jovens são mais qualificados que os adultos, não poderia haver esse número exacerbado de desemprego nessa faixa etária. Então como relacionar o problema do desemprego estrutural à falta de qualificação?

Na verdade, esse grande número de jovens desempregados não pode ser imputado a um alheamento das instituições escolares em relação ao mercado de trabalho. As razões são mais profundas.

Os empresários, como manipuladores da política econômica e dirigentes do novo modelo educacional neoliberalista, tem todo o poder para manipular a força produtiva conforme suas necessidades. Mas isso não tem sido feito, porque não tem sido conveniente e faria com que o lucro dos empresários da educação fosse reduzido. Soares, explica bem esse processo:

Vejo uma única razão de fundo para tal defasagem – as condições de marginalização em que vive, nos países mais avançados, a parte da população proveniente do sector da mais-valia absoluta. Essa marginalização constitui uma verdadeira prisão

social e quem nasce nesse meio raramente consegue fugir dele. A situação em que vegeta uma porção considerável da juventude da classe trabalhadora é bem visível na forma material assumida pelas condições sociais, ou seja, no quadro urbanístico, estando os bairros degradados claramente isolados do resto da cidade. Assim, o desemprego estrutural de jovens resultaria da dualidade estrutural do capitalismo desenvolvido, em que os progressos da mais-valia relativa não têm permitido absorver e liquidar a esfera da mais-valia absoluta. Mais do que uma questão econômica, seria uma questão social (SOARES, 2000, p. 43).

A justificativa, que afasta a racionalidade, indica que a marginalidade que está inserida uma grande parcela dos jovens, que aumenta as estatísticas oficiais, os leva à exclusão social ou a uma verdadeira prisão social.

Na realidade, para sabotarem uma qualificação da força de trabalho que termina sempre numa desvalorização, aqueles jovens estão a recusar a sua própria qualificação e, portanto, a desvalorizar-se de imediato. O desemprego estrutural entre os jovens seria, assim, agravado por uma rebeldia profunda e generalizada que leva a rejeitar todas as formas de disciplina que não venha do interior do próprio grupo de jovens. Trata-se de um movimento de conversão da juventude, de camada etária, em soma de gangs de bairro. Entre eles reina o absoluto desinteresse por tudo o que saia de um universo marcado por quatro ruas e uma praça. Esta massa de jovens está destinada a tornar-se adulta, a viver e a morrer fora do mercado oficial de trabalho. (SOARES, 2000, p. 43)

Nessa perspectiva, portanto, grande parte do desemprego entre jovens estaria demonstrado pela resistência oposta pelos próprios jovens a qualquer forma de qualificação que não venha de seu grupo social. Logo, o desafio estaria em encontrar um modo de se alcançar esse grande número de pessoas que opõe resistência a qualquer forma de qualificação e, destarte, recolocá-los no mercado de trabalho.

Entretanto, não podemos nos esquecer de outro problema mais grave: o grande número de jovens e adultos que saem das instituições de ensino totalmente desqualificados para o mercado de trabalho, não porque manifestam qualquer tipo de resistência, mas em razão da própria lógica do sistema capitalista que os transformou em graduados e pós-graduados sem possuir qualificações mínimas necessárias. São estes os milhões de analfabetos funcionais, que devido à deficiência na formação recebida, ajudarão a aumentar as estatísticas do desemprego.

Como dito, uma das consequências do modelo neoliberal de educação está no descompromisso com a qualidade. Ressaltamos que a concorrência não é um critério relevante para avaliar a qualidade, entretanto, lembremos que as instituições de ensino utilizam “técnicas de sobrevivência” para maximizar seus lucros, significando não reprovação de alunos desqualificados e manutenção de quadro regular de discentes nas salas de aula, inclusive, obrigando docentes a fazer a captação de alunos como forma de garantir seus postos de trabalho.

Dessa forma, fica latente a necessidade de investimento em educação, bem como o retorno do controle da política educacional para as mãos estatais de modo que o ensino não seja mais um dos produtos do capital. Os desempregados, e excluídos da educação - e aqui não nos referimos apenas aos jovens - precisam se sentir iguais e, para que isso aconteça, a formação deve

ser única e oferecer a mesma qualidade. Sabemos que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não resolve os problemas sociais de um país e um dos grandes desafios está na criação de políticas educacionais universais e de qualidade que combatam a exclusão social.

## LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Impossível falar de desemprego e educação sem nos referirmos às atuais hipóteses de investigação utilizadas por Marx. É através da Lei Geral da Acumulação Capitalista que o autor pretende demonstrar a relação entre o enriquecimento capitalista e o empobrecimento classe trabalhadora, explicando que “o fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação” (MARX, 2013, p. 689).

A composição do capital é analisada na proporção de capital constante e variável, que são respectivamente os meios de produção e a força de trabalho. Ensina Marx que, o crescimento do capital implica o crescimento do seu componente variável, da força de trabalho, ou seja, “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p. 690). Desse modo, quando se mantém inalterada a composição do capital (capital constante), para que haja um acréscimo deve haver aumento da força de trabalho (capital variável), ou seja, prorrogação da jornada de trabalho e obtenção da mais-valia absoluta.

Entretanto, para que os interesses capitalistas efetivem o processo de acumulação, outras medidas são necessárias, além da exploração da força de trabalho, tais como a baixa dos preços dos produtos e/ou serviços além do incremento da sua produtividade através da inserção de novas tecnologias e utilização de maquinário. Essa batalha pela concorrência (produtividade do trabalho x escala de produção) faz com que capitalistas lutem contra capitalistas e os grandes capitais esmaguem os pequenos, aumentando a parte constante sobre a parte variável, reduzindo assim a procura por trabalho.

Essa lógica é intrínseca do processo de acumulação capitalista e é esse mesmo raciocínio que gera, segundo Marx a superpopulação relativa ou o conjunto de trabalhadores parcial ou temporariamente desempregados, formando o chamado “exército industrial de reserva”, senão vejamos:

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento a ele correspondente da força produtiva do trabalho e a alteração que esse desenvolvimento ocasiona na composição orgânica do capital não se limitam a acompanhar o ritmo do progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque a acumulação simples ou a ampliação absoluta do capital total é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais, e a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital; se originalmente era 1:1, agora ela passa a 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc., de modo que, à medida que cresce o capital, em vez de 1/2 de seu valor total, convertem-se em força de trabalho, progressivamente, apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc., ao passo que se convertem em meios de produção 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc. (MARX, 2013, p. 704).

Deste modo, Marx conclui que o volume da parte variável do capital é que determina a procura por trabalho, caindo o volume com o aumento do capital global, ou seja, a acumulação do capital global deve ser acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou para manter os trabalhadores em seus postos de emprego. E continua:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Seguindo a lógica explicitada, os salários não seriam determinados pela variação do número absoluto dos trabalhadores, mas pela proporção variável, dividindo-se entre trabalhadores empregados e desempregados. Assim, com o desenvolvimento tecnológico, desenvolve-se a teoria preconizada, ou seja, transformação do capital variável em constante, traduzindo-se em desemprego e aumento da reserva de trabalhadores, o que por sua vez não eleva a procura por trabalho, nem faz crescer a oferta de trabalho.

Coerente com o raciocínio preconizado por Marx, diz Soares:

Quando os desempregados ficam efectivamente excluídos da procura no mercado de trabalho, a sua existência, mesmo em números muito elevados, deixa de suscitar pressões sobre os salários e sobre as condições de laboração dos trabalhadores empregados. Geram-se assim entre os desempregados duas categorias distintas, consoante o tempo em que permanecem nesta situação. Os desempregados recentes, que dispõem ainda de qualificações e fazem parte da procura efectiva de emprego, exercem por isso influência no sentido da baixa dos salários. Eles constituem aquele “exército de reserva” referido tradicionalmente, que serve aos patrões para manter a pressão sobre os trabalhadores empregados. Pelo contrário, a existência do desemprego de longa duração já não tem este efeito. Portanto, se as medidas destinadas a reduzir o número de desempregados beneficiarem sobretudo aqueles que caíram recentemente nesta situação, o nível salarial aumentará, com riscos inflacionais para o capitalismo (SOARES, 2000, p. 44).

Fica claro, portanto, que o chamado “exército industrial de reserva” ou desemprego é um dos pilares do modo de produção capitalista, pois permite a existência de uma força de trabalho para atender as necessidades produtivas, além de proporcionar aos capitalistas a manipulação dos salários a serem pagos em razão da alta procura por empregos. Resta confirmada a atualidade da teoria preconizada por Marx e os reflexos do processo na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi exposto, percebemos que o problema do desemprego apresenta nuances mais complexas do que o exame superficial e estatístico poderia verificar.

Restou demonstrado que o sistema educacional implantando a partir do governo de Fernando Collor de Melo mudou a política até então desenvolvida, e, com isso, a qualidade da educação pereceu. O neoliberalismo trouxe a competição entre os empresários do setor e com ele veio o primeiro sintoma do panorama doentio da nova política - a má formação da força de trabalho.

Também procuramos constatar que o desemprego estrutural não é causado pelo alheamento das instituições de ensino, mas decorrente da própria lógica do sistema capitalista que faz com que o empresariado da área encontre meios de se manter no mercado, inclusive, relegando a um segundo plano a qualidade da educação, fechando os olhos para problemas socioculturais e socioeconômicos dos estudantes. Tudo em virtude da mais valia.

Exibimos também o fundamento de Marx sobre o desemprego através da apresentação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, nos restando claro que o exército de reserva, já preconizado por Marx no final do século XIX é questão matemática, sendo a alavanca mestra da acumulação capitalista. Quanto maior a produtividade maior a acumulação e quanto maior a acumulação de riquezas também maior a acumulação de misérias. Portanto, nas mesmas condições em que se produz a riqueza das instituições de ensino, é gerada também a miséria, refletida na grande porcentagem de excluídos que são os desempregados estruturais, que, por sua vez, são representados em grande parte pelos analfabetos funcionais, frutos do capitalismo.

Por tudo que foi dito, gostaríamos de encerrar propondo uma solução para o desemprego estrutural. Entretanto, percebemos nessa travessia que iniciativas isoladas não são suficientes para manter empregos para todos. A saída não está na simples reestruturação dos processos produtivos e nem na manutenção de uma economia atrofiada, mas sim na adoção de medidas políticas que assegurem a manutenção de uma educação de qualidade, onde todos, inclusive os empresários da educação, se incluam como protagonistas da educação.

## UNEMPLOYMENT AND EDUCATION: AN INSEPARABLE SYMBIOSIS

*Abstract: the problem of unemployment and quality of education have been much debated in the academies. The purpose of this research is to analyze the existing symbiotic relationship between them, whereas the lack of occupancy is caused by other factors that are not only economic and political, as well as verify how capitalism has interfered in this relationship.*

*Keywords: Education. Unemployment. Capitalism.*

## Referências

BOITO JÚNIOR, A. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, n. 14, Jul. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Brasília: Inep, 2011.

- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk*. Geneva: ILO, 2013. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/jovensmai2013%C3%ADntegra\\_1021.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/jovensmai2013%C3%ADntegra_1021.pdf)> Acesso em: 03 jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. *World of work report 2014: Developing with jobs*. Geneva: ILO, 2014. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_243961.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf)> Acesso em: 29 jun. 2014.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETO, J. M. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996, p. 75-107.
- SOARES, J. B. M. V. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.